

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO, MINERAÇÃO, ROMPIMENTO E
REVITALIZAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE

MARIANNE DE JESUS NEPOMUCENO RAIMUNDO DAHER

ENTRE SILÊNCIO E NARRATIVAS: UM RELATO DOCENTE SOBRE
EDUCAÇÃO, MINERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO NO CONTEXTO DE UMA
ESCOLA PÚBLICA EM MARIANA - MG

MARIANA

2026.

MARIANNE DE JESUS NEPOMUCENO RAIMUNDO DAHER

**ENTRE SILÊNCIO E NARRATIVAS: UM RELATO DOCENTE SOBRE
EDUCAÇÃO, MINERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO NO CONTEXTO DE UMA
ESCOLA PÚBLICA EM MARIANA - MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Projeto Político Pedagógico da Escola com Ênfase em Educação, Mineração, Rompimento e Revitalização da Bacia do Rio Doce, vinculado ao Departamento de Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Silva de Paula
Coorientadora: Prof.^a Mestra Gissele Quirino Herculano

MARIANA – MG

2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

D129e Daher, Marianne de Jesus Nepomuceno Raimundo.

Entre silêncio e narrativas [manuscrito]: um relato docente sobre educação, mineração e revitalização no contexto de uma escola pública em Mariana - MG. / Marianne de Jesus Nepomuceno Raimundo Daher. - 2026.

30 f.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Silva de Paula.

Coorientadora: Ma. Gissele Quirino Herculano.

Produção Científica (Especialização). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de Educação.

1. Mineração a céu aberto. 2. Falhas em barragens. 3. Educação. I. Paula, Leandro Silva de. II. Herculano, Gissele Quirino. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 37.016:622.88

Bibliotecário(a) Responsável: Eliane Apolinário Vieira Avelar - CRB6/3044



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Marianne de Jesus Nepomuceno Raimundo Daher

**Entre Silêncio e Narrativas: Um Relato Docente Sobre Educação, Mineração e Revitalização
no Contexto de Uma Escola Pública em Mariana - MG**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Educação

Aprovada em 07 de julho de 2026.

Membros da banca

Doutor - Leandro Silva de Paula - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutora - Paula Cristina de Almeida Rodrigues - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Mestra - Karine Goncalves Martins
Mestra - Gissele Quirino Herculano

Leandro Silva de Paula, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 15/09/2026



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Silva de Paula, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/09/2026, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1191341** e o código CRC **52A44A4C**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.011616/2026-41

SEI nº 1191341

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3557-9413 - www.ufop.br

Para Luiza, com todo o meu amor. Que a educação continue abrindo caminhos para um futuro mais consciente, sustentável e humano para você e para tantas outras crianças.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Programa Escola da Bacia do Rio Doce (PEBRID) pela oportunidade de participar desta especialização e por ampliar meu olhar sobre a docência frente aos desafios do território. À Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e à Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), pelo incentivo à formação continuada e pelo compromisso com a educação na Bacia do Rio Doce.

À coordenação e ao corpo docente do PG 11, pelo conhecimento construído e pelas reflexões que contribuíram para a minha formação acadêmica e profissional.

Ao meu orientador, Professor Dr. Leandro de Paula, e à minha coorientadora, Professora Mestra Gissele Quirino, pelas orientações e contribuições.

Aos colegas cursistas da especialização, pela partilha de experiências e por tornarem essa caminhada mais leve.

À minha família, por ser o meu apoio constante e meu porto seguro.

A Deus, por tudo.

RESUMO

Este relato de experiência apresenta uma pesquisa qualitativa realizada em uma escola pública do município de Mariana (MG), no âmbito do Programa Escola da Bacia do Rio Doce (PEBRID). O estudo buscou compreender como as discussões sobre mineração, rompimento de barragens e revitalização da Bacia do Rio Doce estão presentes no contexto escolar, bem como os fatores que contribuem para o silêncio em torno dessas questões. Os resultados evidenciaram que, embora a temática faça parte do cotidiano da comunidade, sua abordagem nas práticas pedagógicas ainda ocorre de forma limitada. Como desdobramento da pesquisa foi elaborado um projeto de intervenção voltado à inserção das discussões sobre a mineração no contexto escolar. A experiência reforçou a importância de aproximar a escola das questões presentes no território, valorizando as memórias da comunidade e promovendo reflexões conectadas às vivências dos estudantes.

Palavras-chave: Educação. Território. Bacia do Rio Doce. Mineração.

ABSTRACT

This experience report presents a qualitative study conducted at a public school in the municipality of Mariana, Minas Gerais, Brazil, as part of the Rio Doce River Basin School Program (PEBRID). The study aimed to understand how discussions related to mining, dam failures, and the revitalization of the Rio Doce Basin are incorporated into the school context, as well as the factors that contribute to the silence surrounding these topics. The findings showed that, although these topics are part of the community's everyday reality, their integration into pedagogical practices remains limited. As an outcome of the study, an intervention project was developed to incorporate discussions on mining into the school context. The experience reinforced the importance of bringing schools closer to the issues present in their territories, valuing community memories, and promoting reflections connected to students' lived experiences.

Keywords: Education. Territory. Rio Doce Basin. Mining.

LISTA DE SIGLAS

BRD – Bacia do Rio Doce

PEBRID – Programa Escola da Bacia do Rio Doce

PPEE – Projeto Pedagógico Experimental da Escola

PPP – Projeto Político Pedagógico

RBF – Rompimento da Barragem de Fundão

TC – Tempo Comunidade

TU – Tempo Universidade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA E DO TERRITÓRIO.....	9
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
4. METODOLOGIA.....	17
5. RELATO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA.....	19
5.1. Análise do Projeto Político Pedagógico (PPP)	19
5.2. Rodas de conversa.....	21
5.3. Projeto Pedagógico Experimental da Escola (PPEE).....	24
6. REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA E OS RESULTADOS.....	26
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28

Introdução

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta um relato de experiência construído a partir das vivências e reflexões proporcionadas pela especialização Projeto Político Pedagógico da Escola com Ênfase em Educação, Mineração, Rompimento e Revitalização da Bacia do Rio Doce, ofertada no âmbito do Programa Escola da Bacia do Rio Doce (PEBRID). O programa integra as ações de reparação decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão e ofereceu formação continuada a educadores da rede pública de municípios atingidos. A especialização, realizada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), teve como objetivo incluir as discussões sobre mineração e revitalização da Bacia do Rio Doce (BRD) no ambiente escolar. Trata-se de um texto que nasce da necessidade de narrar o que, muitas vezes, permanece silenciado no cotidiano escolar e no território em que a escola se insere.

Sou professora da Educação Básica, graduada em Letras - Licenciatura em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e com especialização em Linguística Aplicada à Educação. Sou natural de Ouro Preto (MG) e resido no município de Mariana (MG) desde a infância. Atuo na rede estadual de educação em Minas Gerais há treze anos e, nos últimos três anos, tenho lecionado na escola participante deste estudo, uma instituição pública localizada em um distrito do município de Mariana (MG). Minha trajetória pessoal e profissional foi construída em um território historicamente marcado pela atividade minerária, realidade que faz parte da minha vida e também impacta a minha prática docente.

A participação no PEBRID representou uma importante oportunidade de formação continuada e de aproximação com uma temática que faz parte da realidade da região onde vivo e trabalho, mas que, até então, ainda aparecia de forma pouco presente em minhas práticas pedagógicas. Ao longo da formação, tive a oportunidade de ampliar meu olhar sobre as relações entre mineração, território e educação, compreendendo a importância de promover, no contexto escolar, reflexões mais conectadas à realidade dos estudantes e aos desafios presentes na Bacia do Rio Doce. Foi a partir dessa experiência, dos questionamentos despertados ao longo do curso e das reflexões construídas no encontro entre universidade, escola e território que este relato de experiência se constrói.

Entre os diversos debates e tensionamentos que envolvem a temática da mineração, escolhi voltar meu olhar para uma inquietação que esteve muito presente ao longo da formação: como a escola expressa, tensiona ou silencia essa temática? E de que maneira a comunidade escolar participa ou é afastada dessas narrativas? Essas questões não surgem

apenas como objeto de pesquisa, mas como fruto de uma experiência vivida no chão da escola.

Ao longo do trabalho, apresento o processo formativo vivenciado no PEBRID e as reflexões que dele emergiram, articulando teoria e prática nos diferentes tempos formativos do programa: o Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC). O TU, voltado à fundamentação teórica e à orientação das ações a serem desenvolvidas nas escolas, envolveu momentos de leitura, escrita, seminários e partilha de experiências, realizados tanto por meio da plataforma virtual (Moodle) quanto de forma presencial. Já o TC, corresponde ao desenvolvimento das ações no contexto escolar, em parceria com uma professora articuladora, responsável pela mediação e acompanhamento das atividades.

Analiso também como a temática da mineração, do rompimento e da revitalização aparece ou deixa de aparecer no contexto escolar, no Projeto Político Pedagógico, nos discursos institucionais e nas experiências dos sujeitos que compõem a comunidade escolar.

Ao narrar essa trajetória, busco compreender os silêncios, os limites e as possibilidades de inserção da temática da mineração nas práticas pedagógicas, considerando as contribuições das vivências formativas no âmbito do PEBRID. Nesse percurso, procuro refletir sobre como a escola expressa ou silencia questões relacionadas à mineração, ao rompimento de barragens e à revitalização da Bacia do Rio Doce, a partir das experiências construídas no encontro entre docência, formação continuada e comunidade escolar.

A partir dessas reflexões, também busco sugerir caminhos para que a escola possa se constituir como um espaço de diálogo, escuta e formação comprometida com a realidade do território, favorecendo a inserção crítica dessas temáticas no cotidiano escolar. Como parte desse processo, apresento uma proposta de intervenção elaborada durante a formação, o Projeto Pedagógico Experimental da Escola (PPEE), voltado à inserção da temática da mineração no contexto escolar. Embora não tenha sido aplicado durante o período de escrita deste trabalho, compreendo-o como uma possibilidade de intervenção construída a partir das análises e inquietações aqui apresentadas.

1. Caracterização da escola e do território

A escola participante desta pesquisa pertence à Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e está situada em uma zona rural, a aproximadamente doze quilômetros do centro da cidade de Mariana, município ao qual pertence o distrito de Bento Rodrigues, onde ocorreu, em 2015, o Rompimento da Barragem de Fundão (RBF), episódio que gerou danos socioambientais imensuráveis ao longo de toda a Bacia do Rio Doce (BRD).

A instituição atende à comunidade nos turnos da manhã e da tarde, ofertando o Ensino Fundamental I (anos iniciais) e o Ensino Fundamental II (anos finais). Durante a realização deste relato de experiência, contava com 116 estudantes matriculados e 20 professores em seu corpo docente, além de duas Especialistas da Educação Básica e demais profissionais de apoio escolar. A gestão é conduzida por uma diretora, que atua sem vice-direção.

Conforme registrado no PPP da instituição, a comunidade atendida apresenta um índice socioeconômico classificado como “Médio/Baixo”, uma vez que “a maior parte dos estudantes é filha de trabalhadores assalariados e apresenta dificuldades no acesso à tecnologia e à educação complementar” (PPP da instituição, 2024).

Ao vivenciar o cotidiano dessa escola, percebo que para muitos alunos, ela constitui o principal e, por vezes, o único meio de acesso sistematizado à informação, à cultura e a espaços de reflexão. Essa realidade me fez refletir sobre a importância de uma formação comprometida não apenas com a transmissão de conteúdos, mas com a formação integral dos sujeitos, com a ampliação de debates e com o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva sobre o território em que vivem.

A escola está inserida em uma comunidade marcada por fortes vínculos com o meio rural e por uma relação histórica com a atividade minerária, característica presente em diferentes regiões do município de Mariana. Muitos estudantes convivem direta ou indiretamente com essa realidade, seja por meio da relação trabalhista de familiares nas mineradoras, seja pelos impactos ambientais, sociais e econômicos produzidos pela exploração mineral ao longo dos anos.

Em um cenário marcado historicamente pela atividade minerária e seus impactos socioambientais, a relação da cidade de Mariana com a mineração configura uma dicotomia: de um lado, a dependência econômica e a fonte de sustento para muitas famílias, de outro, uma atividade que produz graves danos socioambientais, tendo como consequência extrema o rompimento da Barragem de Fundão, considerado o maior desastre socioambiental do Brasil.

Essa realidade evidencia de forma trágica a vulnerabilidade das comunidades diante da exploração mineral em larga escala.

Mesmo passados quase onze anos do rompimento, seus efeitos continuam presentes no território, seja por meio das transformações ambientais observadas na paisagem, seja pelas memórias, perdas e processos de reparação que ainda fazem parte da vida de muitas comunidades atingidas. Assim, o rompimento não pode ser compreendido apenas como um acontecimento do passado, mas como um processo cujas consequências continuam ecoando no presente e influenciando perspectivas para o futuro.

Outros rompimentos, como o ocorrido em Brumadinho em 2019, e os riscos ainda presentes na região reforçam a urgência de promover debates e ações educativas voltados à conscientização sobre os modelos de desenvolvimento econômico e sobre as consequências da ação humana na natureza, a fim de contribuir para a promoção da sustentabilidade.

Ao observar as práticas desenvolvidas no cotidiano escolar, percebo que muitas iniciativas de educação ambiental são voltadas à conscientização individual e a ações em pequena escala, como não deixar a torneira aberta ao escovar os dentes, economizar energia elétrica ou descartar o lixo corretamente. Embora essas iniciativas sejam relevantes e contribuam para a formação de indivíduos responsáveis, elas não avançam para discussões que envolvam as dimensões coletivas e estruturais das questões socioambientais.

Ao longo da minha atuação na escola, percebi que temas relacionados à mineração e à revitalização da Bacia do Rio Doce raramente aparecem nas práticas pedagógicas, apesar de fazerem parte da realidade vivida pelos estudantes e suas famílias. Essa percepção despertou inquietações que contribuíram para a construção desta pesquisa e para a reflexão sobre o papel da escola na promoção de diálogos mais condizentes com a realidade dos estudantes.

Em um território afetado pela exploração mineral em larga escala e por seus impactos, percebo a necessidade de ampliar essa discussão, para que a educação ambiental possa contemplar também reflexões sobre as formas de desenvolvimento econômico, político e social que configuram a realidade desse território.

2. Fundamentação Teórica

Ao longo do tempo, a relação do ser humano com a natureza foi sendo marcada por transformações sociais, econômicas e culturais que influenciaram a maneira como os recursos naturais passaram a ser utilizados. Nesse processo, o meio ambiente deixou de ser compreendido apenas como espaço de pertencimento e passou a ser visto como fonte de exploração. Como apontam Hunzicker e Freitas (2024, p. 32):

Com a evolução da sociedade ao longo dos séculos, é possível perceber que a ação antrópica se torna mais evidente nos recursos naturais disponíveis, considerando o uso excessivo para novos estilos de vida que nem sempre priorizam o uso consciente para o momento presente e para as próximas gerações.

Diante dessa realidade, a Educação Ambiental assume papel fundamental. Mais do que incentivar práticas individuais de preservação ambiental e sustentabilidade, ela configura uma possibilidade de ampliar a reflexão sobre as relações entre sociedade e território, possibilitando debates acerca das ações humanas e de seus impactos. Educar para o meio ambiente, nesse sentido, não se limita à criação de hábitos, mas constitui um caminho importante para o desenvolvimento de uma consciência tanto individual quanto coletiva, capaz de problematizar os modelos de desenvolvimento adotados e suas consequências para os territórios e para as comunidades que neles vivem.

Nessa perspectiva, concordo com Hunzicker e Freitas (2024, p. 41), quando afirmam que:

(...) é fundamental a realização de uma Educação Ambiental que investigue as raízes dos problemas ambientais e que envolva a participação de todos (as), de modo a contribuir para a melhoria do meio ambiente, em especial para recuperação, conservação e preservação dos recursos naturais que são essenciais à vida.

Essa reflexão torna-se ainda mais necessária quando se trata de contextos em que os modelos de desenvolvimento econômico e exploração ambiental impactam diretamente a vida das comunidades e o território local. No contexto em que a escola participante se insere, a exploração dos recursos naturais por meio da atividade minerária evidencia as tensões existentes entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Nesse sentido, Hunzicker e Freitas (2024, p. 41) ressaltam que:

Embora essas riquezas minerais tenham relevância histórica na economia e no processo de ocupação da Bacia do Rio Doce, precisamos ressaltar os

danos socioambientais provocados ao longo dos anos nas atividades, tanto de pequeno e médio porte, mas, especialmente, nas atividades de larga escala como as indústrias minerárias.

Na Bacia do Rio Doce (BRD), sobretudo no município de Mariana, essas questões ganharam visibilidade nacional e internacional a partir do Rompimento da Barragem de Fundão (RBF), ocorrido em 2015, episódio que provocou mortes, gerou danos imensuráveis aos ecossistemas e alterou modos de vida ao longo de toda a bacia. Como destacam Gonçalves, Pinto e Wanderley (2016, p. 07), “as mais de 80 milhões de toneladas de lama que eclodiram sobre a bacia do rio Doce expuseram uma dialética da repetição à sofisticada e destrutiva indústria de extração mineral do país”. Essa afirmação nos leva à reflexão de que o rompimento da Barragem de Fundão ultrapassa a dimensão de um acidente e evidencia a necessidade de discutir, de forma mais crítica, os impactos da mineração sobre as comunidades e ao meio ambiente.

Ao abordar as consequências do desastre, os mesmos autores destacam que:

O principal impacto imediato foi a total destruição de residências, infraestrutura e ainda de áreas de pastagem, roças e florestas. Além da perda de vidas humanas, houve também a morte de animais domésticos e silvestres. Uma parte considerável da calha do rio Doce foi assoreada, o que deverá aumentar os riscos de enchentes nos próximos anos e mudar a dinâmica de inundações; partes que antes não eram ocupadas pelas águas durante as cheias devem passar a ser atingidas. (Gonçalves; Pinto; Wanderley, 2016, p. 32-33)

Assim, de acordo com os autores, é importante considerar que as consequências do rompimento não se limitam ao momento do desastre, mas se estendem no tempo, produzindo efeitos de curto, médio e longo prazo. Essa constatação evidencia a necessidade de ampliar o debate sobre as formas de exploração dos recursos naturais e sobre as responsabilidades envolvidas nesse processo, uma vez que as decisões tomadas no presente podem gerar impactos duradouros para o território e para as futuras gerações.

Contudo, é importante ressaltar que, embora o RBF tenha sido o evento mais extremo e de maior repercussão na BRD, o território da bacia já se encontrava fragilizado antes desse evento catastrófico. Para Espindola, Nodari e Santos (2019), o rompimento não pode ser entendido como um fato isolado, mas está relacionado à forma como a mineração vem sendo conduzida na região ao longo do tempo. Os autores chamam atenção para os riscos

envolvendo a exploração mineral em larga escala e para os impactos que esse modelo vem gerando para os territórios onde essas atividades acontecem. Nesse sentido, afirmam que “o rompimento da Barragem de Fundão é a ponta de um iceberg dos riscos associados aos grandes investimentos de capital na área da mineração em Minas Gerais” (Espindola; Nodari; Santos, 2019, p. 145).

Nessa mesma direção, Hunzicker e Freitas (2024) chamam atenção para o fato de que os problemas socioambientais da Bacia do Rio Doce não tiveram início em 2015. Segundo as autoras, “constatamos que os danos socioambientais na Bacia do Rio Doce antecedem o Rompimento da Barragem de Fundão ocorrido em 5 de novembro de 2015. No entanto, esse desastre traz novos desafios para a Bacia”. (Hunzicker e Freitas, 2024, p. 49). As autoras ressaltam ainda que os danos decorrentes do rompimento provocaram desequilíbrios nos ecossistemas aquáticos e terrestres, agravando problemas já existentes e gerando novos desafios para os processos de recuperação e revitalização da região.

Assim, é importante considerar a vulnerabilidade histórica da BRD, território marcado por intensas transformações ao longo do tempo, resultado de processos de ocupação, exploração econômica e uso intensivo dos recursos naturais.

Dessa forma, compreendo que o rompimento deve ser analisado como parte de um contexto mais amplo, no qual a atividade minerária vem, ao longo do tempo, acumulando impactos ao meio ambiente e riscos para as populações que vivem nessas áreas. Assim, além dos danos evidentes ao território, é igualmente importante destacar os efeitos da mineração na vida das pessoas, uma vez que essa atividade altera significativamente o cotidiano dos moradores e suas relações com o lugar onde vivem, com a natureza, com a paisagem e com os espaços que fazem parte de sua história. Essas transformações não atingem apenas o ambiente físico, mas também as relações sociais dos indivíduos, seus costumes e suas memórias. Por isso, ao tratar dessa temática, é importante considerar não apenas os impactos ambientais, mas também as consequências sociais, econômicas e culturais na vida das comunidades, sobretudo após o RBF.

Sobre essa questão, Hunzicker e Freitas (2024, p. 38) destacam que “(...) quando a lama atingiu os recursos naturais da Bacia do Rio Doce, ela afetou diretamente os modos de produção e reprodução da vida das populações que habitam esses territórios, que dependem desses recursos para sobrevivência.” A afirmação das autoras reforça que os impactos atingem diretamente as condições de vida das comunidades, interferindo em suas formas de trabalho, suas relações com o território e nas condições de sobrevivência das comunidades. Dessa

forma, discutir a mineração implica considerar não apenas seus efeitos ambientais, mas também as transformações sociais que essa atividade provoca na vida das pessoas.

Apesar de ser um assunto de grande impacto na vida da população ao longo da bacia, percebemos que sua abordagem no contexto escolar ainda é considerada um desafio. De acordo com Melo e Freitas (2024), essa lacuna pode estar relacionada a um modelo de Educação Ambiental muitas vezes restrito a eventos pontuais e datas comemorativas do calendário escolar. As autoras também destacam que essa temática ainda aparece de forma pouco clara em documentos oficiais, como a BNCC, o que reforça a importância de um olhar mais atento da escola e dos educadores para a inclusão de discussões que dialoguem com as vivências dos estudantes e com a realidade da comunidade escolar.

Hunzicker e Antunes Rocha (2022) afirmam que, em comunidades localizadas em áreas de exploração minerária, as escolas convivem constantemente com tensões e conflitos que envolvem o tema, o que resulta na pouca presença dessa temática nas práticas escolares, gerando o que as autoras chamam de *Silêncio Pedagógico*, ou seja, barreiras que limitam a discussão de temas sensíveis ligados à mineração e aos seus desdobramentos:

Nesse momento é que se depara com a dificuldade da escola em abordar tal tema, pois materiais didáticos, a formação inicial e continuada e consequentemente a prática docente não incluíam a problemática vinculando os três fatores – mineração, rompimento e reconstrução. Desta constatação é que emerge o conceito de Silêncio Pedagógico. (Hunzicker; Antunes Rocha, 2022, p. 157)

Esse silenciamento também evidencia fragilidades no papel da escola enquanto espaço de formação crítica, o que evidencia a necessidade de iniciativas pedagógicas voltadas para a inclusão das problemáticas presentes na vida da comunidade. Segundo as autoras, ao ouvir educadores dessas regiões, percebe-se que a escola silencia problemas que afetam diretamente a realidade das pessoas: “Essa formulação ancora-se na identificação nas narrativas das(os) professoras(es) nos quais anunciam que não trabalhavam com o tema porque desconheciam inclusive a existência de barragens próximas à escola”. (Hunzicker; Antunes Rocha, 2022, p. 157).

É possível perceber que os tensionamentos relacionados à presença da mineração na região, sobretudo no contexto escolar, existem desde o período que antecede o rompimento

até os dias atuais, em virtude de parcerias estabelecidas entre as empresas do setor minerário e as escolas, como explicam Antunes-Rocha, Jesus e Melo (2025):

(...) foi possível identificar que as empresas mineradoras realizam atividades pedagógicas nas escolas em parceria com secretarias de educação e gestores escolares, notadamente, nas atividades relacionadas à semana do meio ambiente, na distribuição de materiais didáticos, na formação de professores, na realização de benfeitorias nos espaços físicos e no apoio financeiro e logístico a eventos. (Antunes-Rocha; Jesus; Melo, 2025, p. 13786)

Essa realidade apresenta uma contradição naturalizada, uma vez que as mesmas empresas que causam impactos ao meio ambiente e interferem nos modos de vida das comunidades, também atuam em parceria com a escola em ações de educação ambiental. Essa relação acaba gerando barreiras para a discussão do tema no ambiente escolar, contribuindo para o silenciamento de questões importantes sobre a mineração, como descrito pelas autoras:

As narrativas sobre as ações voltadas para a parceria no trabalho pedagógico com o tema meio ambiente não trazem uma problematização dos danos ambientais provocados pelas empresas na região. Essa pode ser considerada como uma das faces da relação empresa/escola, como uma das dimensões do Silêncio Pedagógico que se tornaram visíveis após o RBF. (Antunes-Rocha; Jesus; Melo, 2025, p. 13797)

É importante reconhecermos que os impactos do rompimento da Barragem de Fundão não se restringem às escolas fisicamente atingidas pela lama (ao todo, cinco instituições), mas se estendem às escolas ao longo de toda a BRD, que atendem populações que, de alguma forma, tiveram seus modos de vida alterados. No município de Mariana, essas mudanças podem ser percebidas no cotidiano das pessoas, que passaram a conviver com um intenso fluxo populacional, impactando diretamente a dinâmica do trânsito, a superlotação do transporte coletivo, a alta nos preços do comércio e do setor imobiliário.

Além disso, essas transformações também atingem os aspectos culturais da população. Nesse sentido, Paula (2024, p. 84), afirma que: “O rompimento da barragem de Fundão, em 2015, provocou um grande impacto e a destruição de inúmeros lugares de memória dos diferentes municípios atingidos”.

Em Mariana, por exemplo, uma importante tradição histórica é a linguagem dos sinos das igrejas, reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio cultural imaterial brasileiro. Tradicionalmente, os diferentes toques dos sinos transmitem mensagens sociais e religiosas à população, anunciando celebrações, falecimentos, nascimentos e outros eventos por meio de códigos sonoros específicos. No entanto, esse costume também vem sofrendo interferências devido às transformações no cotidiano da cidade, como o aumento do fluxo populacional ligado à mineração. Sobre isso, Paula (2024, p. 84) destaca que “[...] esse momento tão sublime - que é o toque dos sinos em Minas Gerais - vem sofrendo interferências com a poluição sonora em cidades com grande fluxo populacional em torno da mineração”.

A partir dessa realidade, torna-se fundamental pensar o papel da escola diante das diferentes afetações vivenciadas pela população dos territórios impactados pela mineração e pelo RBF. No cotidiano escolar, essas questões surgem de diferentes formas, seja nas narrativas dos estudantes, nas vidas de suas famílias ou nas mudanças percebidas na própria comunidade. Nesse sentido, Melo (2025) traz reflexões importantes sobre a relação mineração/educação, ao levantar questionamentos como: em que e como o rompimento da Barragem de Fundão interroga a educação? Como integrar esse tema à prática escolar? E qual é o papel das escolas na reconstrução dos modos de vida nas regiões atingidas?

Essas questões evidenciam a necessidade de práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade das comunidades, que valorizem os saberes locais e promovam uma educação ambiental mais contextualizada. No entanto, ainda observamos uma dificuldade em abordar essas temáticas no cotidiano escolar.

Considerando que escola e território caminham juntos, silenciar questões relacionadas à mineração e aos seus desdobramentos, as quais fazem parte da vida das comunidades da BRD, acaba enfraquecendo a função social e educativa da escola. Diante disso, torna-se importante investir em práticas que valorizem a escuta dos estudantes, os saberes da comunidade e a abertura para o diálogo sobre temas que, muitas vezes, são evitados. Essas ações podem contribuir tanto para a compreensão dos impactos da atividade minerária quanto para a construção coletiva de caminhos voltados à revitalização, rompendo silêncios e proporcionando aprendizagens que façam sentido para quem vive nesses territórios.

A partir dessas reflexões, compreendo que pensar a Bacia do Rio Doce como território educativo exige um olhar atento para suas memórias, seus desafios e suas vulnerabilidades. Nesse contexto, a escola, enquanto espaço de formação para o exercício da cidadania, tem um papel importante na promoção de diálogos que ajudem os estudantes a compreender melhor a

realidade em que vivem e as questões que fazem parte do seu território. Como afirmam Melo e Freitas (2024, p. 38), “a educação é um caminho fértil para a transformação da consciência ambiental, com possibilidades de as práticas pedagógicas apontarem caminhos para mudanças de hábitos individuais e coletivos ancorados na conscientização e sensibilização sobre a vida do e no planeta”. Assim, acredito que discutir a mineração e seus impactos na Bacia do Rio Doce representa uma oportunidade de fortalecer práticas educativas mais conectadas com as vivências da comunidade e com a construção de formas mais sustentáveis de pensar o presente e o futuro.

3. Metodologia

Este trabalho se configura como um relato de experiência desenvolvido ao longo da minha participação no PEBRID. A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos da pesquisa-ação, metodologia que orientou as atividades desenvolvidas durante a formação.

A opção por uma pesquisa qualitativa está relacionada ao interesse em compreender percepções, experiências e significados construídos pelos sujeitos em seu contexto social. Mais do que produzir dados numéricos, busquei compreender como a comunidade escolar percebe a mineração e seus impactos no território em que vive. Por essa razão, a pesquisa envolveu a escuta de diferentes sujeitos da escola e a valorização de suas experiências e conhecimentos.

A pesquisa-ação parte do entendimento de que é possível investigar uma realidade ao mesmo tempo em que se constroem possibilidades de transformação. (Thiollent; Collette, 2020). Nesse sentido, o percurso realizado buscou não apenas compreender como a temática da mineração aparece no contexto escolar, mas também refletir sobre caminhos que possibilitem ampliar essa discussão na escola. Trata-se de uma pesquisa construída com as pessoas e não apenas sobre elas, valorizando o diálogo e a participação da comunidade escolar em todo o processo.

Outro aspecto importante é que esta pesquisa foi realizada na escola em que atuo como professora. Essa condição possibilitou uma maior aproximação com o contexto investigado, uma vez que muitas das inquietações que levaram ao meu problema de pesquisa, surgiram da minha própria experiência profissional e das observações realizadas no cotidiano escolar.

Ao mesmo tempo, essa proximidade também trouxe desafios. Por fazer parte da comunidade escolar e conhecer sua dinâmica, precisei estar atenta para que minhas percepções e expectativas não interferissem na produção e na análise dos dados. Esse exercício exigiu uma postura cuidadosa sobre meu papel enquanto pesquisadora.

Além disso, a condução das ações demandou cautela para que os momentos de diálogo fossem construídos de forma democrática, valorizando a participação dos diferentes sujeitos envolvidos e respeitando a diversidade de opiniões relacionadas à temática investigada. Dessa forma, busquei desenvolver a pesquisa não apenas sobre a comunidade escolar, mas com a comunidade escolar, reconhecendo a importância da escuta da participação coletiva ao longo de todo o processo.

A metodologia adotada também dialoga com os princípios da Pedagogia da Alternância (Gimonet, 2007), que orienta a proposta formativa do PEBRID. Ao longo da especialização, as reflexões construídas no Tempo Universidade (TU), por meio dos estudos, leituras e discussões teóricas, foram constantemente relacionadas às experiências vividas no Tempo Comunidade (TC), desenvolvido na escola participante. Essa articulação entre teoria e prática contribuiu para aproximar os conhecimentos construídos durante a formação da realidade vivida pela comunidade escolar.

A pesquisa foi organizada em diferentes etapas. Inicialmente, procurei compreender de que forma a temática da mineração aparecia na escola. Para isso, foi realizada uma análise preliminar do Projeto Político Pedagógico (PPP), buscando identificar possíveis aproximações entre o documento e as questões relacionadas à mineração, ao rompimento de barragens e à revitalização da Bacia do Rio Doce.

Em seguida, foram realizadas rodas de conversa com estudantes, professores, equipe gestora, coordenação pedagógica, funcionários e familiares. Esses momentos tiveram como objetivo ouvir diferentes percepções sobre o território e sobre a mineração, além de compreender como essas questões são vivenciadas pela comunidade escolar. As rodas de conversa também possibilitaram a construção de espaços de escuta e diálogo, aspecto fundamental para este estudo.

Além disso, foi aplicado um questionário diagnóstico aos funcionários da escola, buscando registrar percepções e experiências que nem sempre surgiam nos momentos coletivos de discussão. As informações produzidas ao longo dessas etapas contribuíram para compreender melhor a realidade investigada e para identificar desafios relacionados à abordagem da temática no contexto escolar.

Como resultado desse percurso, foi elaborado o Projeto Pedagógico Experimental da Escola (PPEE), apresentado posteriormente neste trabalho. A proposta foi construída a partir dos estudos realizados ao longo da formação, das reflexões produzidas durante o Tempo Comunidade, da análise do PPP e das contribuições compartilhadas pela comunidade escolar.

4. Relato e análise da experiência

Este capítulo apresenta a descrição e a análise das ações desenvolvidas ao longo de toda a pesquisa. As ações descritas foram fundamentadas e planejadas no TU e, posteriormente, desenvolvidas no TC, articulando os conhecimentos acadêmicos às experiências no contexto escolar. A partir dessa interação, apresento três momentos principais: a análise do Projeto Político Pedagógico (PPP), as rodas de conversa e a elaboração do Projeto Pedagógico Experimental da Escola (PPEE).

4.1. Análise do Projeto Político Pedagógico (PPP)

A primeira etapa deste trabalho, teve uma caráter diagnóstico a partir da leitura e análise do PPP da instituição, um documento essencial para a organização do trabalho escolar. Idealmente, o PPP deve ser elaborado de forma colaborativa, envolvendo a comunidade escolar, de modo a garantir a construção coletiva das diretrizes da instituição, contemplando suas características, seu perfil institucional e o contexto social em que está inserida. Nesse sentido, é fundamental que o documento determine o papel da escola frente à realidade da comunidade, assumindo uma atuação comprometida com suas demandas, desafios e especificidades. (Araújo, 2022). No entanto, é necessário questionar até que ponto essa participação ocorre efetivamente na prática.

A partir desse olhar, busquei compreender se o documento apresenta um perfil colaborativo e se contempla, de alguma forma, as questões socioambientais, especialmente no que se refere à mineração, ao rompimento de barragens e à revitalização da Bacia do Rio Doce, bem como verificar em que medida essas informações correspondem ao que se efetiva na prática escolar.

O PPP analisado foi atualizado em 2024 e é apresentado como um plano global da escola, que contempla um conjunto de diretrizes organizacionais e pedagógicas, como o regimento Escolar, os planos de ensino e aprendizagem e os projetos educacionais, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O documento apresenta uma instituição comprometida com a oferta de uma educação de qualidade, mas que enfrenta desafios relacionados à vulnerabilidade social. No que diz respeito ao relacionamento da escola com a comunidade, o PPP analisado aponta que essa interação se efetiva por meio do Colegiado Escolar, dos eventos e projetos promovidos ao longo do ano letivo, do contato entre a equipe gestora e as famílias, das parcerias com o posto de saúde local e dos comunicados individuais.

O documento relata que, durante a elaboração do PPP, os estudantes responderam a um questionário sobre sua relação com a instituição. Em relação ao sentimento de valorização, destacaram o reconhecimento recebido pelo desempenho acadêmico por parte da escola, além de aspectos como a lembrança na passagem dos aniversários, a qualidade da merenda, os recursos pedagógicos e a participação em passeios. Quanto ao acolhimento, relataram satisfação em relação à atenção e o cuidado por parte da escola e dos professores. No que se refere ao protagonismo estudantil, mencionaram ações como a escolha de representantes de turma e a participação no colegiado.

Conforme descrito no PPP, a relação entre a escola e a comunidade é vista como essencial para a melhoria da qualidade educacional. Em uma escala de 0 a 10, em que 0 significa “muito inativa” e 10 significa “muito ativa”, a nota atribuída pela escola à atuação de sua comunidade escolar é 5. A justificativa para essa avaliação, conforme relatado, é a percepção de que não há participação efetiva das famílias nas atividades escolares. De acordo com a instituição, embora existam esforços para integrar a comunidade, a escola reconhece que a colaboração e o envolvimento mais consistentes ainda são aspectos a serem aprimorados, a fim de fortalecer os vínculos e promover um impacto positivo no ambiente educacional.

No que se refere à educação ambiental, o documento destaca que o trabalho é promovido por meio de materiais didáticos e atividades práticas, como visitas, pesquisas, campanhas e projetos voltados à preservação ambiental. Entre os temas trabalhados, destacam-se a preservação da fauna e flora, a reciclagem, o reaproveitamento de resíduos e a economia sustentável. Além disso, o documento ressalta que a escola incentiva a valorização de práticas típicas da comunidade, como a agricultura, o artesanato e o resgate da história local.

No entanto, apesar da menção à importância da educação ambiental no contexto escolar, observa-se que não há um projeto estruturado incorporado ao PPP que contemple essa temática de maneira contínua e integrada ao currículo. Também não foram identificados

registros de ações voltadas à reflexão e ao estudo dos impactos da mineração no território em que a instituição está inserida, tema de extrema relevância para a comunidade escolar.

A partir dessa análise, compreendo que a abordagem da educação ambiental na instituição se limita, em grande medida, a iniciativas pontuais ou ações previstas pelo calendário da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Além disso, percebo que as práticas de conscientização tendem a privilegiar ações individuais, não contemplando de forma mais ampla as discussões sobre os impactos socioambientais em larga escala, como aqueles decorrentes da atividade mineradora.

Nesse sentido, fica evidente uma lacuna significativa no que diz respeito à inclusão da temática da mineração, especialmente por se tratar de um território diretamente marcado por seus impactos. Tal constatação reforça a importância de ampliar espaços de reflexão e diálogo sobre essa realidade de forma mais consciente, participativa, contextualizada e contínua no cotidiano escolar.

4.2. Rodas de conversa

As rodas de conversa foram realizadas em dois momentos, nos meses de maio e junho de 2025, em função da disponibilidade do calendário escolar e da capacidade do espaço físico da escola. Dessa forma, foram organizados dois encontros distintos: um com pais e professores e outro com estudantes. Ambos foram organizados e conduzidos pela cursista e pela articuladora, com a participação da coordenação pedagógica e da equipe gestora.

O principal objetivo desta etapa da pesquisa foi criar um espaço de diálogo e escuta sobre a mineração e seus impactos no território onde a escola está inserida, buscando compreender como a temática aparece ou é silenciada no contexto escolar.

Durante os encontros, os participantes foram convidados a refletir sobre a relação da comunidade com a mineração, os impactos socioambientais observados e o papel da escola diante dessas questões. Também foram discutidas possibilidades de inserção da temática no cotidiano escolar, destacando a importância da participação coletiva na construção e revisão do PPP da escola. Nesse contexto, a educação ambiental surgiu como um dos principais nortes da discussão, sendo entendida como uma ferramenta fundamental para aproximar a escola das questões vivenciadas pelo território.

Apesar da proposta aberta ao diálogo e da relevância do tema para a comunidade, foi possível observar uma participação limitada por parte das pessoas presentes. Em vários momentos, predominou-se o silêncio aos questionamentos, ou as falas foram breves e pouco

participativas. Apenas alguns participantes tiveram a iniciativa de compartilhar suas opiniões ou experiências sobre o assunto. Esse aspecto chamou a atenção, especialmente por se tratar de um tema diretamente relacionado ao território e à vida na comunidade.

Acredito que esse silêncio reforça a problemática levantada nesta pesquisa e revela elementos importantes para compreender a relação entre escola, território e mineração. O comportamento dos participantes pode estar relacionado a diferentes fatores, como o receio de abordar questões consideradas polêmicas, a dependência econômica da atividade mineradora na região, a relação trabalhista de familiares com as mineradoras, a falta de informações sobre o tema ou mesmo a ausência de espaços para esse tipo de debate no contexto escolar. Além disso, a baixa participação pode refletir uma cultura de pouca inserção da comunidade nos processos de discussão e tomadas de decisão no ambiente escolar.

Assim, compreende-se que o silêncio observado durante as rodas de conversa não deve ser interpretado isoladamente. Dessa forma, o próprio silêncio passou a constituir um dado relevante para a pesquisa, evidenciando a necessidade de ampliar esse debate dentro da escola.

Diante da baixa participação oral, foi aplicado um questionário complementar aos funcionários, com o objetivo de compreender melhor a percepção dos educadores sobre a temática. Dez participantes responderam ao instrumento e os resultados são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 1 – Síntese das respostas do questionário aplicado aos funcionários	
Perguntas	Respostas
Em sua percepção, qual é o espaço que a temática ocupa no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola?	Está presente de forma clara e objetiva: 2 Está presente de forma superficial: 1 Não está presente: 2 Não sei: 5
Você considera importante inserir e discutir, no contexto da comunidade escolar, a temática da mineração, do rompimento de barragens e da revitalização da Bacia do Rio Doce?	Sim: 8 Não: 0 Talvez: 2
A escola já desenvolveu projetos ou ações com foco na mineração, rompimento ou revitalização da Bacia do Rio Doce?	Sim: 5 Não sei: 4 Não: 1

Você considera importante ampliar a abordagem dessa temática no cotidiano escolar?	Sim: 8 Não: 0 Talvez: 2
Quais são os principais desafios para trabalhar essa temática na escola?	Falta de formação sobre o tema: 6 Falta de tempo no calendário escolar: 3 Outro: 1

Fonte: Elaborado pela cursista (2025).

As respostas ao questionário mostraram que ainda há pouca clareza sobre a presença do tema mineração no PPP, o que sugere que ainda não existe uma apropriação plena do documento pelos sujeitos da escola. Essa constatação me levou a compreender que a apropriação do PPP pela comunidade escolar ainda ocorre de forma parcial, o que pode ser interpretado como um documento que, em muitos casos, existe para cumprir uma exigência burocrática, mas não se concretiza efetivamente nas práticas cotidianas.

Por outro lado, observei que a maioria dos participantes reconhece a importância de se trabalhar a temática da mineração na escola. Esse dado me chamou a atenção, porque evidencia uma tensão entre o reconhecimento da relevância do tema e as condições reais para sua efetivação. Nesse sentido, comecei a compreender que o silêncio pedagógico não trata simplesmente da ausência de interesse em falar sobre o assunto, mas de um fenômeno que pode ser entendido por diferentes razões, como a falta de apropriação sobre o tema, o pouco tempo disponível no calendário escolar, a rotina escolar exaustiva, mas principalmente pela ausência de oportunidades para o diálogo coletivo.

As respostas também mostraram que, quando existem espaços de escuta, a comunidade escolar demonstra potencial de mobilização e reflexão crítica sobre a realidade em que está inserida. Isso me levou a repensar o silêncio não como passividade, mas como algo que está diretamente relacionado às condições institucionais.

A partir da última questão do questionário, que teve como objetivo identificar sugestões do corpo docente para ampliar a abordagem da temática da mineração e da revitalização da Bacia do Rio Doce, foi apontado um conjunto diversificado de propostas. De modo geral, as respostas sugerem a importância de inserir e aprofundar o tema no PPP da escola, a elaboração de projetos interdisciplinares, a realização de pesquisas sobre o histórico da mineração na região, palestras sobre questões socioambientais, rodas de conversa, cursos de formação continuada e produção de materiais didáticos. Também foram sugeridas ações como visitas a áreas de mineração e a locais impactados, com o objetivo de possibilitar aos

estudantes uma compreensão mais concreta dos impactos da mineração na região em que vivem.

Um participante destacou a necessidade de abordar os efeitos da atividade mineradora sobre os diferentes territórios afetados, enfatizando os danos à flora, à fauna e aos recursos hídricos, bem como suas consequências para a população:

“Mostrando os danos causados à flora, à fauna e aos recursos hídricos nos estados atingidos, bem como as consequências desses impactos para todos os atingidos, direta ou indiretamente.” (Participante 1, 2025)

Entre as respostas obtidas na mesma questão, uma delas me chamou especialmente a atenção por apresentar uma interpretação mais crítica sobre a realidade local:

“Acho que na região, todas essas questões ficarão sempre no nível da discussão e das ações superficiais, pois a verdade é que essa é a principal fonte de riqueza da região e, por mais que isso prejudique a população e o meio ambiente, todos acabam se rendendo e submetendo à exploração da mineração.” (Participante 2, 2025)

Essa resposta me levou a compreender a complexidade da realidade investigada, marcada pela forte dependência econômica da mineração no território, o que pode contribuir para a naturalização de seus impactos socioambientais e para a manifestação do silêncio pedagógico. Nesse sentido, destaca-se a importância de práticas pedagógicas capazes de envolver toda a comunidade escolar a fim de romper as barreiras que dificultam a abordagem desse tema e seus impactos na região.

De modo geral, os dados obtidos por meio das rodas de conversa e da aplicação do questionário permitiram compreender que, apesar dos desafios identificados, existem diversas possibilidades para incluir a temática da mineração na escola. Essa etapa foi fundamental para a elaboração do PPEE, que apresento a seguir, como proposta de enfrentamento das lacunas identificadas e de fortalecimento de práticas interdisciplinares que dialoguem com as vivências da comunidade.

4.3. Projeto Pedagógico Experimental da Escola (PPEE)

O Projeto Pedagógico Experimental da Escola (PPEE) surge como uma proposta de intervenção construída a partir das reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa e da necessidade de romper o silêncio em torno da mineração no contexto da comunidade escolar participante. Mais do que promover discussões sobre um tema presente no território, o projeto busca criar oportunidades para que estudantes, educadores e comunidade possam refletir sobre a relação do território com a mineração, seus impactos e os processos de revitalização da Bacia do Rio Doce.

A elaboração do projeto foi sustentada pelos estudos realizados durante a especialização, pela fundamentação teórica construída ao longo deste trabalho, pela análise preliminar do PPP e pelas contribuições obtidas durante as rodas de conversa e a aplicação do questionário. A proposta foi construída em parceria com a professora articuladora que acompanhou o desenvolvimento das atividades no Tempo Comunidade e dialoga diretamente com as demandas e reflexões compartilhadas pela comunidade escolar nas rodas de conversa.

O PPEE consiste em uma proposta de intervenção pedagógica interdisciplinar voltada à inserção da tríade mineração, rompimento e revitalização da Bacia do Rio Doce na escola participante. Para isso, foram pensadas ações que envolvam a comunidade escolar em atividades de pesquisa, rodas de conversa, estudos interdisciplinares, produções artísticas, registros escritos e momentos de reflexão sobre as transformações ocorridas no território.

A proposta parte do entendimento de que a escola pode desempenhar um papel importante na valorização das experiências da comunidade e na construção de espaços de diálogo e memória sobre temas que fazem parte da realidade local. Dessa forma, as atividades foram organizadas em etapas que contemplam desde o levantamento dos conhecimentos prévios dos estudantes até a produção coletiva de materiais educativos e culturais, buscando aproximar os conteúdos escolares das vivências da comunidade e fortalecer os vínculos entre escola, território e memória.

Além disso, o PPEE busca contribuir para que os estudantes reconheçam o território como um espaço de aprendizagem e compreendam que suas experiências e as de suas famílias também produzem conhecimentos que podem ser compartilhados e preservados.

Como culminância do projeto, foi proposta a construção do memorial escolar “*Para Que Não Se Esqueça*”, pensado como um espaço simbólico de memória, escuta e reflexão sobre a mineração, os rompimentos de barragens e a revitalização da Bacia do Rio Doce. O memorial reunirá produções desenvolvidas pelos estudantes ao longo do projeto, como

cartazes, fotografias, relatos, entrevistas, maquetes, desenhos, podcasts e materiais bilíngues, valorizando as aprendizagens construídas durante o processo e as histórias compartilhadas pela comunidade.

A proposta do memorial também surge como uma resposta à necessidade de preservar as memórias e experiências das comunidades marcadas por tantas transformações e perdas ao longo dos anos. Nesse sentido, Paula (2024), ao citar Candau (2012), destaca que “necessitamos preservar a memória coletiva, uma vez que (...) nossa memória é limitada, seletiva e declinante” (Candau, 2012 apud Paula, 2024, p. 83).

A partir dessa reflexão, o PPEE, que tem como produto final a construção do memorial escolar, foi pensado como um espaço de aprendizagem, registro e valorização das experiências da comunidade escolar, buscando contribuir para que essas memórias não sejam esquecidas e possam continuar sendo compartilhadas entre as diferentes gerações.

5. Reflexões Sobre a Experiência e os Resultados

As experiências vivenciadas durante esta pesquisa possibilitaram ampliar minha compreensão sobre a relação entre comunidade escolar, território e mineração. Ao analisar o PPP, ouvir os diferentes sujeitos da comunidade e refletir sobre os dados produzidos ao longo do estudo, percebi aspectos que ajudaram a compreender os desafios e as possibilidades de abordar essa temática no ambiente escolar.

Um dos elementos que mais chamou a minha atenção foi a distância existente entre o que a mineração representa para a realidade local e o espaço que essa discussão ocupa na escola. Embora a atividade minerária faça parte do cotidiano da comunidade e influencie diretamente a vida de muitas famílias, sua presença nas práticas pedagógicas e nos documentos escolares ainda se mostra muito limitada. Essa constatação reforçou a importância de pensar a escola como um espaço capaz de promover reflexões sobre temas que façam sentido na vida dos estudantes.

A análise dos dados da pesquisa me levou a compreender que as dificuldades identificadas não se relacionam à ausência de interesse pelo assunto, mas a um padrão estrutural de dinâmica presente no ambiente escolar. Nesse sentido, o que inicialmente poderia ser interpretado como falta de envolvimento, revelou-se, na verdade, como expressão de uma realidade mais ampla e complexa.

A partir dessas reflexões, compreendi a importância de fortalecer o papel do PPP como um instrumento vivo, capaz de dialogar com as demandas reais do território e orientar

práticas pedagógicas mais contextualizadas. A escuta da comunidade escolar evidenciou que ainda há caminhos a serem percorridos para aproximar o PPP das questões vividas pelos estudantes.

Nesse contexto, o PPEE surgiu não apenas como um produto da pesquisa, mas como uma possibilidade de intervenção que visa aproximar a escola da realidade do território. Embora sua aplicação ainda não tenha sido realizada, sua elaboração representa um dos resultados deste trabalho, configurando uma possibilidade de enfrentamento do problema identificado na pesquisa.

6. Considerações Finais

Neste relato de experiência, busquei apresentar meu percurso enquanto professora da educação básica e cursista no Programa Escola da Bacia do Rio Doce (PEBRID). As aprendizagens proporcionadas por essa formação continuada contribuíram para despertar reflexões sobre a minha prática docente e sobre a necessidade de aproximar a escola das discussões relacionadas à mineração e aos impactos vividos no território.

A partir dessas reflexões, foi possível compreender que a escola, ainda que inserida em um território dependente economicamente da mineração, pode se transformar em um espaço de reflexão, diálogo e construção coletiva, incentivando estudantes, educadores e comunidade a pensar e agir juntos diante dos desafios presentes no território. Nesse sentido, também compreendi que o silêncio em torno da mineração no contexto escolar pode dar lugar a oportunidades de aprendizagem, reflexão e escuta. O PEBRID me levou a um lugar que, até então, eu ainda não havia visitado: um lugar de maior proximidade e pertencimento em relação ao território onde vivo e atuo como docente na formação de crianças e adolescentes.

As experiências vividas e compartilhadas tanto no Tempo Universidade quanto no Tempo Comunidade foram muito importantes para despertar reflexões sobre meu papel enquanto educadora e sobre a necessidade de construir práticas pedagógicas mais próximas da realidade vivida pelos estudantes.

A especialização também ampliou o meu olhar sobre o Projeto Político Pedagógico como um documento vivo, construído coletivamente a partir das necessidades, vivências e desafios presentes na comunidade escolar. Além disso, compreendo que o PPEE configura

uma possibilidade de inserção dessas discussões no PPP, contribuindo para que a temática da mineração e de seus impactos seja trabalhada na escola de forma interdisciplinar e contínua.

Por fim, como nos lembra Paulo Freire (1996, p. 67), “a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas. E as pessoas transformam o mundo.” É nessa perspectiva que este relato de experiência se encerra, reconhecendo a escola como um espaço de transformação social e de esperança na construção de um futuro mais consciente, sustentável e comprometido com a vida.

Referências Bibliográficas

ANTUNES-ROCHA, Maria I.; JESUS, Rossely V. de; MELO, Adriane C. de. ELES ESTÃO AQUI: narrativas de professores (as) sobre a relação entre empresas mineradoras e escolas. ARACÊ, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 13783–13804, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3976>

ARAUJO, Regina M. B. Projeto Político Pedagógico: conceituação e definição. Módulo I do material didático do Curso de Especialização: Mineração e Educação no Projeto Pedagógico da Escola: do rompimento à revitalização na Bacia do Rio Doce (MG). Escola do Rio Doce. Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Ouro Preto, 2024.

ESPINDOLA, H. S; NODARI E. S; SANTOS, M. A. dos. Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG). In.: Dossiê: Rios e Sociedades. Rev. Bras. Hist. 39 (81). May-Aug 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/WVJHkHCGb8HXBRrPX9hjYCv/?lang=pt>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Ricardo; PINTO, Raquel; WANDERLEY, Luiz J. (2016). Conflitos ambientais e pilhagem dos territórios na bacia do Rio Doce. In. Zonta e Trocate (orgs.) Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco / Vale / BHP Billiton. Edi. iGuana, Marabá, PA. 2016, p. 134-181. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/poemas//files/2016/11/Livro-Completo-com-capa.pdf> ou na biblioteca da UFOP (Link da biblioteca: <http://200.239.128.190/pergamum/biblioteca/index.php>)

GIMONET, Jean-Claude. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAS. Petrópolis, Vozes, 2007.

HUNZICKER, Adriane Cristina de M.; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. A prática do silêncio pedagógico no contexto minerário. *Revista Brasileira de Educação Básica*, v. 7, n. esp., jan. 2022.

HUNZICKER; Adriane C. de M.; FREITAS, Natália T. A. Meio ambiente, “Meu ambiente, nosso ambiente”: reflexões sobre as temáticas da Educação Ambiental e dos danos socioambientais na Bacia do rio Doce”. Módulo I do material didático do Curso de Especialização: Mineração e Educação no Projeto Pedagógico da Escola: do rompimento à revitalização na Bacia do Rio Doce (MG). Escola do Rio Doce. Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Ouro Preto, 2024.

HUNZICKER, Adriane C. de M. FREITAS, Natália, T. A. Reflexões sobre a educação ambiental na perspectiva do Rompimento da Barragem de Fundão e dos processos reparatórios. In. Educação e Mineração no Projeto Político Pedagógico da escola. Módulo II. Programa de Formação Continuada de Educadores da Rede Pública dos municípios atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto. Universidade Federal de Minas Gerais. 2024, p. 31- 75.

MELO, Adriane C. de. Educação e Mineração: Interrogações à escola a partir do rompimento da Barragem de Fundão. In: ANTUNES-ROCHA, M. I. et al. (Orgs.). *Educação e Mineração na perspectiva da Revitalização*. Coleção Escola do Rio Doce: Formação de Educadores e Educadoras para o trabalho com Educação, Mineração, Rompimento e Revitalização. Vol. 01. Contagem, MG: Editora Escola Cidadã, 2025.

MELO, Adriane C.; FREITAS, Natália T. A. Mineração e os impactos ambientais: reflexões sobre a temática na educação. Ouro Preto: Escola do Rio Doce: Universidade Federal de Minas Gerais: Universidade Federal de Ouro Preto, 2024a. (Curso de Aperfeiçoamento: Mineração, Rompimento da Barragem e Revitalização: desafios para a Educação, Módulo III). p. 32-50.

PAULA, Leandro Silva de. Patrimônio Cultural e Educação na Bacia do Rio Doce. In. Educação e Mineração no Projeto Político Pedagógico da escola. Módulo II. Programa de Formação Continuada de Educadores da Rede Pública dos municípios atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto. Universidade Federal de Minas Gerais. 2024, p. 76-91.

THIOLLENT, Michel Jean Marie; COLLETE, Maria Madalena. Pesquisa-ação, universidade e sociedade. Revista Mbote, Salvador, v. 1, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/mbote/article/view/9382>. Acesso em: 22 maio 2024